



A TRANSFORMAÇÃO DOS SABERES LINGÜÍSTICOS NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX E A CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL DO BRASIL

THE TRANSFORMATION OF KNOWLEDGE LINGUISTICS AT THE TURN OF THE CENTURY XIX CENTURY AND THE CONSTITUTION OF THE NATIONAL LANGUAGE OF BRAZIL

Juci Mara Cordeiro ¹

RESUMO: Aborda-se sobre a transformação dos saberes lingüísticos na passagem do séc. XIX ao século XX. primeiramente discorre-se sobre algumas línguas que estiveram em contato com a língua portuguesa do Brasil desde o período colonial até o século xx. Esses contatos lingüísticos acontecem em diferentes épocas e, juntamente com outros eventos histórico-políticos, ajudam a construir a história da sociedade brasileira e a compreender o processo de constituição da língua nacional do Brasil. apresentam-se algumas perspectivas teóricas em relação à gramatização brasileira do português, utilizando-se de posturas de autores tais como Orlandi (2001), Orlandi e Guimarães (2001), Mariani (2004) e Auroux (1994), por exemplo. Evidenciam-se alguns elementos que foram cruciais para o processo de gramatização brasileira do português, tais como os trabalhos relacionados ao léxico, as gramáticas, os programas criados para o ensino da língua portuguesa e a fundação do colégio D. PEDRO II, por exemplo.

Palavras chave: transformação lingüística; gramatização da LP; língua nacional.

ABSTRACT: This work is concerned about the transformation of the linguistics knowledge in the passage of nineteenth to twentieth century. First, some languages that have been in contact with the Brazil Portuguese language, since the colonial period until the XX century are presented. These linguistics contacts have happened in different times and, together with other historical-political events help to construct the history of the Brazilian society and, to understand the process of the constitution of the Brazil' national language. Some theoretical perspectives in relation to the Brazilian grammarization of Portuguese Language are presented, taking as reference the theoretical positions of some authors like Orlandi (2001), Orlandi e Guimarães (2001), Mariani (2004) e Auroux (1994), for example. Some elements that were crucial for the process of Brazilian "grammarization²" of Portuguese are put in evidence, such as the works related to the lexicon, the grammars, the programs created to the Portuguese language teaching and the foundation of Colégio Dom Pedro II, for example.

Key-words: linguistics transformation; Portuguese Language "grammarization"; national language.

¹ Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa, docente da área de Língua Inglesa da Unioeste – Cascavel. E-mail: jmcordeiro@hotmail.com

² A "gramatização brasileira do Português", expressão utilizado por Orlandi (2001), ocorre a partir do início do século XIX quando autores brasileiros começam a produzir as gramáticas e dicionários do Português do Brasil.



Introdução

Ao abordar sobre a transformação dos saberes lingüísticos na passagem do séc. XIX ao século XX, primeiramente discorre-se sobre algumas línguas que estiveram em contato com a língua portuguesa do Brasil, desde o período colonial até o século XX. Esses contatos lingüísticos sucedem-se em diferentes épocas e, juntamente com outros eventos histórico-políticos ajudam a construir a história da sociedade brasileira e a compreender o processo de constituição da língua nacional do Brasil.

A convivência lingüística do Português com outras línguas acontece em variadas formas e momentos. A primeira decorre do contato com as línguas indígenas existentes no Brasil, no período colonial (do séc. XVI ao séc. XIX), e imediatamente depois, com o tráfico de escravos para o país. Em outro momento - no séc. XIX - e como consequência da dificuldade para o tráfico de escravos, imigrantes europeus são atraídos pelo governo imperial para garantir a mão-de-obra necessária à agricultura brasileira.

A vinda de imigrantes continua a ocorrer no século XX, porém, por motivações diferentes daquelas do século anterior. A consequência desse intercâmbio lingüístico-cultural resulta em marcas no português brasileiro e, por extensão, em sua cultura. Este contexto lingüístico traduz o conceito de hiperlíngua adotado de Auroux (1994), já que se coaduna com a fluidez dessa língua portuguesa do Brasil, que se deixa influenciar a cada contato lingüístico estabelecido por meio da convivência com as línguas das diferentes etnias que se fixaram no país. Outra forma de contato lingüístico experienciado pelo português brasileiro é aquela vivenciada nas regiões de fronteira do Brasil com outros países, tais como a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Guiana Francesa.

O processo de constituição da língua nacional brasileira (cf. Orlandi e Guimarães, 2001), outra questão abordada neste texto, ocorre em um período de tempo entre os séc. XVI e XIX. Inicialmente - no séc. XVI - o português é falado por um número pequeno de pessoas, dentre elas, letrados e grandes proprietários de terras. Porém, já desfruta de certo estatuto, pois é ensinado nas escolas católicas brasileiras, é empregado em documentos oficiais e é tido como a língua do Estado. Por outro lado, a língua dos índios (principalmente o tupinambá) representa a língua franca e,



portanto, é utilizada pela maioria da população. Em um segundo momento - do início do séc. XVII ao início do séc. XIX - a ação colonizadora portuguesa resulta no aumento do número de falantes do português e na diminuição de falantes das línguas indígenas. Essas mudanças são resultado de uma ação política do Estado que impôs o ensino da língua portuguesa nas escolas. Fatos relevantes na terceira etapa (1808 a 1826) do processo de constituição da língua nacional são a fundação da Biblioteca Nacional e a criação da imprensa brasileira. E finalmente, o quarto período é caracterizado pela discussão formal e oficial da questão da língua nacional do Brasil.

Na seqüência do texto apresentam-se algumas perspectivas teóricas em relação à gramatização brasileira do português, utilizando-se de posturas de autores como Orlandi (2001), Guimarães (2001), Mariani (2004) e Auroux (1994), por exemplo. Orlandi e Guimarães (2001) estabelecem uma relação estreita entre os saberes sobre a língua, a constituição da língua nacional e a institucionalização da sociedade e da política brasileiras. A integração desses elementos lingüístico-político-sociais mencionados resultou no processo de gramatização brasileira do português.

A última parte deste trabalho apresenta alguns elementos que foram cruciais para o processo de gramatização brasileira do português, tais como os trabalhos relacionados ao léxico, as gramáticas, os programas criados para o ensino da língua portuguesa e a fundação do Colégio D. Pedro II.

I Línguas em contato no Brasil

O contato com as línguas indígenas brasileiras, o tráfico de escravos, a vinda de imigrantes para o Brasil e a fronteira com outros países, resultaram em influências para o português brasileiro. O período colonial - do séc. XVI ao séc. XIX - que foi marcado pelo contato com essas diferentes etnias, sofreu influência primeiramente das línguas indígenas existentes no Brasil. Em outro momento, como consequência do tráfico de escravos, a língua portuguesa recebeu das línguas africanas centenas de empréstimos linguísticos. Além desses empréstimos o país herdou algumas práticas culturais tais como os rituais do candomblé, que também foram incorporados à cultura brasileira em algumas regiões do Brasil, segundo Vandresen e Heye (2006).

Juci Mara Cordeiro



No entanto, com a independência do Brasil e as crescentes dificuldades para o tráfico de escravos, o governo imperial buscou atrair imigrantes europeus para ocuparem o vasto território e para garantir mão-de-obra para a agricultura. Inicialmente, no período de 1824 a 1870, houve a predominância de imigrantes de língua alemã (Áustria e Suíça). Posteriormente, os agentes buscaram imigrantes de língua italiana – configurando-se como o maior contingente de imigrantes não lusos - e de línguas eslavas (poloneses, ucranianos e russos).

Somente no início do século XX - a partir de 1908 - destaca-se o contingente de 250.000 imigrantes japoneses estabelecidos no Brasil (cf. SAITO, 1980, apud VANDRESEN e HEYE, 2006, p. 384). Nesse período chegam também imigrantes libaneses e espanhóis, os quais, em função de problemas políticos, fogem de seus países de origem. O contato do português brasileiro com línguas de imigrantes inclui também línguas como o holandês, o grego, o húngaro, o armênio, o chinês, o ladino e o inglês, por exemplo.

O quadro de contato do português se completa com as línguas faladas nas regiões de fronteira em que se destaca o *fronteiriço*, falado por descendentes de portugueses no noroeste do Uruguai, pelos brasiguaios em contato com o espanhol e guarani no Paraguai e o bilingüismo de trabalhadores brasileiros na Guiana Francesa.

Segundo Heye e Vandresen (2006), pouca coisa foi documentada sobre estas línguas em contato com o português e sobre o comportamento lingüístico de seus falantes. Isto é também verdadeiro em relação às línguas indígenas e africanas que tiveram (e têm) o mais longo contato com o português. No entanto, entendemos que mesmo não havendo estudos formais e registros, todos esses contatos da língua portuguesa do Brasil com outras línguas deixaram-na suas marcas, bem como na comunidade que sofreu essa experiência, em função de constituírem um contexto único de contato lingüístico e cultural. Acreditamos que em qualquer forma desse tipo de contato é praticamente impossível não haver mudanças nas línguas e culturas implicadas no processo. Este posicionamento remete ao conceito de hiperlíngua, de Auroux (1994).³

³ No modelo de hiperlíngua, as relações de comunicação entre os diferentes indivíduos efetuam-se sobre a base de competências lingüísticas as quais são diferentes em cada um deles. E o que vai delinear essas competências lingüísticas é o acesso que esse indivíduo tem aos instrumentos lingüísticos (gramática e dicionário) às atividades sociais, e aos ambientes em que a comunicação ocorre. Então, esse espaço-tempo mencionado – hiperlíngua - é estruturado pelos elementos que acabamos de mencionar.



Uma questão intrigante apontada por Heye e Vandresen (2006), é que os historiadores, sociólogos, antropólogos e religiosos que trataram da colonização estrangeira no Brasil, apontam também aspectos do comportamento lingüístico dos imigrantes. Esse comportamento lingüístico foi tomado por eles - de maneira geral - como medida do grau de aculturação (abrasileiramento) dos imigrantes e de seus descendentes. Dentre os estudos feitos nas perspectivas mencionadas, merece destaque o trabalho de base antropológica de Willems (1946, apud HEYE e VANDRESEN, 2006) sobre os imigrantes alemães, segundo esses autores. Os primeiros trabalhos sobre a colonização estrangeira no Brasil dentro de uma perspectiva lingüística foram desenvolvidos apenas na década de 1960, por Bossman (1963), Vandresen (1963), Koch (1969) e Bunse (1969).

As práticas descolonizadoras que já vinham se estabelecendo ao longo da história começam a tornar-se concretas no século XIX. Dentre essas práticas, pode-se mencionar aquelas relacionadas à língua portuguesa do Brasil, que nesse momento histórico reivindica

uma língua e sua escrita, uma literatura e sua escritura e por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. (ORLANDI, 2001, p. 8).

Essa cidadania adquire sua forma política por meio da independência e do estabelecimento da República. E a sua forma simbólica é representada por um lado pelas instituições, e de outro, pela sua textualidade por meio das gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino. Com a independência, em 1822, e conseqüentemente com a institucionalização da sociedade brasileira, a questão da Língua Nacional apresenta-se de forma determinada, ou seja, Língua e Estado devem se conjugar em sua fundação, segundo esta autora.

Língua Nacional é assim definida por Guimarães⁴:

⁴ GUIMARÃES, Eduardo. Política de Línguas: língua nacional. In: **Enciclopédia das Línguas no Brasil**. Disponível no site: <www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm>. Acessado em: 02 de abril de 2008.



Língua nacional é a língua do povo de uma nação enquanto relacionado com um Estado politicamente constituído. A língua nacional é por isso vista como a língua oficial de um país. Ter uma língua como própria de um país funciona como um elemento de sua identidade política e cultural. Mas não há correspondência direta entre uma língua nacional e um Estado. Cada país pode ter mais de uma língua oficial em virtude de ter na sua história e constituição, povos diferentes.

O processo de constituição da língua nacional do Brasil ocorre em diversas formas e em diferentes momentos históricos, como veremos no segmento seguinte deste texto.

II Diferentes momentos na constituição da língua nacional do Brasil

Ao tratarem sobre o português do Brasil, Orlandi e Guimarães (2001) argumentam que, em 1532, com a instalação dos portugueses no Brasil, a língua portuguesa é transportada, e começa a ser utilizada em um novo espaço-tempo: o Brasil. Esse novo contexto de produção da língua não é homogêneo ao longo dos séculos de colonização e os autores distinguem quatro momentos diferentes no período de 1532 até o fim do século XIX, quando o português se constitui como língua nacional no Brasil.

O primeiro momento desse percurso histórico inicia-se com a colonização e vai até o momento da expulsão dos holandeses em 1654. Nesse período, a língua portuguesa é falada por um pequeno número de pessoas, principalmente letrados, grandes proprietários de terras – ou senhores de engenho – e uma pequena minoria de funcionários. A língua dos índios funciona como língua franca ou língua geral e é falada pela maioria da população. Nesse contexto sócio-histórico a colonização portuguesa convive com outros projetos coloniais como o dos holandeses, por exemplo, o que causa um confronto lingüístico com o português. Porém, a língua portuguesa do Brasil já desfruta algumas vantagens nessa disputa, pois já é ensinada nas escolas católicas, é empregada nos documentos oficiais e é também considerada como língua de Estado.

Juci Mara Cordeiro



A segunda etapa dessa trajetória ocorre de 1654 a 1808, quando da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Em decorrência da expulsão dos holandeses, a ação colonizadora dos portugueses cresce e o número de falantes do português aumenta. Então, a relação entre o português e as outras línguas faladas no Brasil, que foram trazidas por um grande número de negros chegados nos séculos XVI, XVII e XVIII e que foram escravizados, é modificada. Ocorre então a diminuição do uso das línguas francas de base indígena e a ação do Estado - por meio do decreto do Marquês de Pombal - é mais precisamente percebida pela imposição do ensino da língua portuguesa nas escolas.

O terceiro período inicia-se com a chegada da família real portuguesa que resultou na vinda de (em torno de) 15.000 portugueses ao Brasil e termina em 1826. Acontecimentos relevantes neste contexto histórico são a criação da imprensa no Brasil e a fundação da Biblioteca Nacional, promovidos por Dom João VI. A Biblioteca Nacional é uma instituição cujo papel é importante na vida cultural e intelectual brasileira desde o momento de sua criação até a contemporaneidade, exatamente em razão de representar um marco de materialidade da cultura e de produção intelectual brasileiras.

Encerrando a periodização proposta por Orlandi e Guimarães (2001) para a constituição da língua nacional, o quarto momento inicia-se em 1826 - quatro anos depois da proclamação da independência do Brasil -, quando a questão da língua portuguesa como língua nacional no Brasil é oficialmente formulada. Nesse período houve um fato que se tornou histórico no sentido do estabelecimento da identidade do português brasileiro, e ocorreu na ocasião em que um deputado propôs que os diplomas dos médicos do Brasil fossem redigidos em “língua brasileira”. O que estava em questão nesse contexto era a língua em sua relação com a nação brasileira.

A discussão em torno da questão da língua nacional está ligada ao processo de gramatização brasileira do português, que entra em curso a partir da segunda metade do século XIX. Desde então o Brasil tem seus próprios instrumentos lingüísticos. Ou seja, tomando como referência a definição de hiperlíngua (AUROUX, 1994), pode-se dizer que a partir de 1830 o português do Brasil ocupa-se da questão da língua nacional, em função do processo de gramatização em curso.

A noção de língua nacional teve seu processo de significação diferenciado, conforme sua filiação em diferentes formações discursivas. Primeiramente, o posicionamento dos políticos da época da independência que silenciam quanto à questão da língua na constituição outorgada em



1824. A postura dos escritores românticos tais como José de Alencar e Gonçalves Dias, que buscavam evidenciar que no Brasil já estava em curso uma língua brasileira em consonância com a identidade do povo brasileiro. E, por outro lado, a visão dos gramáticos que geralmente referiam-se a língua falada no Brasil como “provincialismos” e/ou “brasileirismos”, enfatizando um caráter lingüístico de desvio ou de erro, segundo Mariani (2004).

A gramatização do português no Brasil se dá no interior desse processo sócio-histórico em que jogam forças ideológicas divergentes quanto à homogeneização ou quanto ao reconhecimento de uma heterogeneidade lingüística do presente (isto é, do séc. XIX) e do passado (isto é, do séc. XVIII). (MARIANI 2004, p. 172).

Esta autora afirma que a imposição de uma língua única e universal é uma forma de aprisionamento do português brasileiro na perspectiva modelizante de uma língua imaginária. E entende que essa abstração “língua portuguesa” vinculada a uma memória de língua de conquistas, é um legado do séc. XIX que se materializa por meio das gramáticas e dos dicionários, dos tratados de unificação ortográfica e do ensino nas escolas.

Como uma espécie de contra movimento a essas coerções, surgem alguns lugares de resistência do português brasileiro, representados pela literatura de autores como José de Alencar, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, e Guimarães Rosa, dentre outros, que transitam da norma portuguesa para o português brasileiro, como forma de textualizar a oralidade brasileira. A outra forma de resistência é representada pelos aparelhos de regularização da norma, tais como a Biblioteca Nacional e a imprensa, que produzem sentidos que escapam às elites, segundo Mariani (2004).

III Perspectivas sobre a gramatização brasileira do português

Guimarães e Orlandi (2001) defendem a postura de que a escrita, os saberes sobre a língua e a identificação com uma língua nacional são fundamentais para a institucionalização da sociedade e política brasileiras:

Juci Mara Cordeiro



A explicitação da relação sujeito-língua pela instituição escolar e a produção das gramáticas lhe dá um estatuto científico. É um momento decisivo ao mesmo tempo para a constituição da forma histórica do sujeito brasileiro (...) que tem uma língua e que conhece sua língua (...) e para o estabelecimento da lingüística. (GUIMARÃES e ORLANDI 2001, p. 36)

Orlandi (2001) adota a visão de que, ver os instrumentos lingüísticos - gramática e dicionário - como parte da relação com a sociedade e com a história, transformam esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com as suas instituições e sua ordem cotidiana.

A possibilidade de unir conhecimento sobre a língua e constituição da própria língua nos dá uma perspectiva crítica em relação ao movimento da ciência. Produzimos assim subsídios para os que, trabalhando com a descrição do português, terão à sua disposição reflexões que permitem conhecer a formação do português do Brasil como língua nacional. Pode-se então refletir como a unidade do Estado se materializa em várias instâncias institucionais. Entre estas, a construção da unidade da língua, de um saber sobre ela e os meios de seu ensino (a criação de colégios e de seus programas) ocupa uma posição primordial. A gramática e o dicionário, enquanto objetos históricos disponíveis para a sociedade brasileira são lugares de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/ Estado) (ORLANDI, 2001, p. 18).

Para tratarmos da questão da gramatização brasileira do português, apresentamos a descrição do processo de construção dos instrumentos lingüísticos, desde o descobrimento do Brasil - no séc. XVI - até os jesuítas e viajantes - séc. XVII e XIX. Orlandi e Guimarães (2001), afirmam que primeiramente surge a questão da relação palavra-coisa. Em outras palavras, questiona-se se o referente é o mesmo no Brasil e em Portugal. Nesse contexto, o que se configura é um “transporte” da situação enunciativa portuguesa para o Brasil. A diferença torna-se cada vez mais uma questão da ordem da língua, ou seja, relação nome-nome, e não da relação nome-coisa, como se propunha. Conseqüentemente, um espaço de interpretação começa a se construir, com deslizamentos de sentido e efeitos metafóricos diferentes entre o português do Brasil e o de Portugal, produzindo-se assim o que se chamou de transferência:

Juci Mara Cordeiro



(...) não é senão quando há trabalho da memória local, do saber discursivo produzindo deslizamentos historicizados, que temos transferência. Caso contrário, temos apenas o transporte de processos de significação que não se inscrevem na história, cristalizando situações discursivas e sentidos. Isso diz respeito à materialidade discursiva que produz efeitos de sentido diferenciados ou não” (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 33).

Diante desta realidade ambivalente, a operação de referenciação nome/coisa é substituída pela prática conceitual nome/nome, que dá à língua praticada nessas condições outro regime de funcionamento, mas igualmente dominado pela unidade/diversidade.

A desterritorialização do português de Portugal desloca, com efeito, seu campo de validade inicial e o destitui de sua posição dominante com vocação universalizante. Por sua historicização em um outro território, o Brasil, o processo de constituição da língua portuguesa se refere não a um modelo estático exterior a seu campo de validade, mas a seu uso real em um novo espaço-tempo de práticas de linguagem. (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p. 35).

Estes autores afirmam que a gramatização em um país colonizado é movida por dois eixos, quais sejam, o da universalização e o dos deslocamentos. Então, ter uma gramática neste contexto significa ter direito à universalidade e à unidade – imaginária- constitutiva de toda identidade. Uma vez conquistado o direito à unidade, reconhecem-se as variedades que neste contexto é a influência da língua dos índios e das línguas africanas, por exemplo. A unidade lingüística brasileira é construída a partir de uma língua ocidental instrumentada, dotada de uma escrita e tendo uma filiação no latim. Isto a legitima em sua relação com outras línguas no conjunto lingüístico ocidental e é uma garantia científica para a gramática brasileira, que reivindica uma particularidade lingüística. No entanto, essa condição histórica do português contribuiu para a impossibilidade da língua geral - **o tupi** - apresentar-se como uma alternativa histórica real na construção de uma nação com sua unidade lingüística e sua legitimidade institucional, segundo Orlandi e Guimarães (2001).

Estabelecendo um paralelo entre gramática e política lingüística, estes autores afirmam que a forma histórica dos sujeitos e da sociedade se define nas relações entre língua, ciência e política: “Ao mesmo tempo que a lingüística se constitui como ciência, a questão da língua é afetada pela relação



do sujeito com o Estado” (p. 35). E as políticas gerais de um país manifestam esta inter-relação, cuja forma mais visível é a formulação das políticas lingüísticas.

As diferentes formas de políticas lingüísticas podem ser constatadas por meio das determinações do estatuto da língua que falamos e do modo de acesso a ela. Segundo os autores (op cit.), essas políticas lingüísticas estão refletidas no ensino, na produção dos instrumentos lingüísticos, na legitimidade dos acordos, e na construção das instituições lingüísticas, por exemplo.

No final do século XIX, a gramática brasileira do português é reivindicada por gramáticos - gramática filosófica - e, sobretudo por filólogos - gramática histórico-comparativa. Esses estudiosos produzem um conhecimento da língua que será gradativamente substituído pelo estudo da lingüística. Essa mudança de paradigmas acentua-se a partir da década de 50, quando a proposta estruturalista de Mattoso Câmara prepara terreno para a gramática descritiva e também, o momento em que a NGB (1959) é instituída.⁵ A institucionalização da NGB marca uma mudança fundamental na normalização da língua no Brasil, segundo os autores (op.cit.).

A noção de hiperlíngua (AUROUX, 1994) - compreendida como língua fluida que contempla a historicidade dessa língua e introduz também a dimensão discursiva dela - é percebida na postura de Mattoso Câmara (apud Orlandi e Guimarães 2001, p. 34), quando destaca “a importância da materialidade histórica do território, a geografia material do país sendo parte da determinação da historicidade da língua”.

IV Instrumentos lingüísticos de gramatização do português brasileiro

Orlandi e Guimarães (2001) defendem a idéia de que, associando-se a questão da instrumentação da língua à questão de sua institucionalização, há meios para compreender como ocorre a consciência histórica da língua em uma sociedade, que neste caso específico é a língua portuguesa dos brasileiros.

Tanto na época colonial como no início do século XIX o interesse sobre o estudo das línguas era de estrangeiros e, portanto, o olhar ocorria a partir da Europa para o Brasil. Ocorre então nesse

⁵ A Nomenclatura Gramatical Brasileira foi estabelecida por um decreto do MEC, que tornou obrigatória (e oficial) uma nomenclatura (fixa) dos fatos gramaticais. A partir de então os gramáticos utilizam uma nomenclatura oficialmente imposta. Encerra-se nesse momento histórico a materialidade da autoria conquistada anteriormente pelos gramáticos do Brasil (cf. ORLANDI, 2007, p. 56).



século o que se denominou de período de gramatização brasileira do português, no qual autores brasileiros produzem as gramáticas de língua portuguesa que serão utilizadas para o estudo da língua portuguesa - do Brasil-. Percebe-se então, uma espécie de libertação das imposições das normas do português de Portugal.

A história da língua, da produção de objetos/instrumentos que representam para a sociedade o conhecimento sobre ela, assim como a imagem dos que a praticam (os cidadãos), estão inextricavelmente ligados. O processo de gramatização brasileira do português constitui assim um saber sobre a língua e suas especificidades e processa a historicização da língua no território nacional brasileiro. (ORLANDI, 2007, p. 54)

De importância histórica para esse processo é a obra de Júlio Ribeiro *Grammatica Portugueza* (1881), que o projeta como o primeiro autor de gramáticas no Brasil. Nesse contexto, a direção do olhar muda de trajetória e ocorre então da América para a Europa, segundo esta autora.

Os dois pontos fortes do processo de gramatização do português brasileiro, ocorrido no final do século XIX e mencionados por Orlandi e Guimarães (2001, p. 28), são o argumento do “novo” contra a tradição e a afirmação da unidade lingüística com Portugal, o quê, segundo os autores, não é contraditório. É neste contexto do “novo” que a noção de autor toma sentido como noção fundamental para esse processo de gramatização: “Ser autor de uma gramática é ter uma responsabilidade como homem de ciência e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil”.

Os trabalhos relacionados ao léxico e que incorporam uma descrição do “novo” em relação à língua falada em Portugal mencionados pelos autores são dois: o primeiro é um texto de 1824-25 do Visconde de Pedra Branca, escrito em francês e que trata dos “brasileirismos”, ou seja, expressões que não existem na língua portuguesa, que foram atribuídos aos índios ou importados para o Brasil por outras colônias portuguesas. Para corroborar a sua tese ele apresenta duas listas de palavras. Em uma dessas listas elas têm sentidos diferentes e na outra, há indicação de que são usadas no Brasil, mas, desconhecidas em Portugal. Outro trabalho citado é a *Grammática da Língua Portuguesa* (1887) de Pacheco Silva e Lameira de Andrade, que também contempla brasileirismos.

Os diferentes autores de gramáticas desse século são também professores, escritores, historiadores ou jornalistas, ocupando assim uma dupla posição institucional, já que é de mais de um



lugar que eles operam na produção dos efeitos de sentido de brasilidade. Nesse contexto histórico, João Ribeiro era um dos historiadores mais significativos do Brasil e aquele que introduz outra visão - de origem alemã - que privilegia a história do povo e da cultura, o que permitiu ao brasileiro se representar e a dizer de uma maneira diferente daquela instaurada pela história portuguesa.

As diferentes posições dos autores da época significam que a língua, a literatura e a história desempenham um papel na formação do Brasil. E para que se tenha consciência desse contexto é necessário que o trabalho intelectual se institucionalize, o quê, segundo Orlandi e Guimarães (2001), vem a ocorrer por meio da escola, dos debates e das publicações. A relação da ciência e da língua com a formação da nação será estabelecida pela integração desses elementos mencionados.

Ao argumentarem sobre a gramática brasileira do final do séc. XIX, os autores (op.cit.) afirmam que nessa época há uma proliferação de trabalhos brasileiros que dão visibilidade a vida intelectual brasileira. Dentre eles, a gramática produzida pelos intelectuais da época visava formar brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar. Ou seja, em relação à língua, tratava-se de “construir um aparelho institucional para que o Brasil saiba que sabe sua língua” (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p. 24). O que caracteriza essa instrumentação brasileira é o distanciamento do modelo da gramática filosófica, proposta pelo português Jerônimo S. Barbosa e o fato de também se distanciar da tradição gramatical portuguesa em geral. Todo esse movimento está ligado ao ensino no Brasil, pois estes autores afirmam que o processo de gramatização do português brasileiro é fortemente marcado pela relação que o Brasil teve com idéias filosóficas e científicas de outros países que não Portugal, e pela instituição escolar brasileira que ocorreu quando da fundação do colégio Dom Pedro II, em dois de dezembro de 1837.

Um fato citado como decisivo no processo de gramatização brasileiro é o desenvolvimento do *Programa de Português para os Exames Preparatórios*. Esses exames foram organizados em 1887 e constituíam-se como um pré-requisito para a entrada nos cursos universitários. Como resposta à necessidade desse programa surge uma série de gramáticas que pretendem romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica. Gramáticos da época como Júlio Ribeiro e Maximiano Maciel compreendem que este intento foi atingido e, segundo este último “houve um renascimento dos estudos da língua vernácula: na imprensa, no ensino privado, esclareciam-se fatos da língua à luz de novas doutrinas” (apud ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p. 26).



Outros elementos que criaram o espaço da diferença com a língua de Portugal foram os títulos das gramáticas e o desenvolvimento dos estudos gramaticais, importantes no processo de gramatização do português brasileiro. Dentre os exemplos relacionados aos títulos das gramáticas contemplados por estes autores, pode-se mencionar que

Em 1887 a Gramática da Língua Portuguesa de Pacheco Silva e Lameira de Andrade, introduzia palavra “língua” no título, deslocando assim o epíteto “portuguesa” de maneira a qualificar de “portuguesa” não a gramática, mas a língua, o que abre um espaço para a determinação “do Brasil. (ORLANDI e GUIMARÃES 2001, p. 27)

Além de elementos tais como os trabalhos relacionados ao léxico, as gramáticas, os programas criados para o ensino da língua portuguesa, a fundação do colégio Dom Pedro II, que foram fundamentais para o processo de gramatização do português brasileiro, entende-se que a criação dos cursos de Letras na década de 1930 e o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação nessa área na década de 1960, são essenciais para a expansão dos estudos sobre a língua portuguesa (do Brasil) e, conseqüentemente, para o fortalecimento da língua nacional.

Considerações Finais

A proposição em tratar de questões tais como línguas em contato no Brasil, os diferentes momentos na constituição da língua nacional do Brasil, as perspectivas sobre a gramatização brasileira do português e sobre os instrumentos lingüísticos desse processo, decorre da intenção de contemplar aspectos significativos da história político-lingüística do Brasil, que foram cruciais para a transformação dos saberes lingüísticos na passagem do século XIX ao século XX.

Dessa reflexão resultou a leitura/compreensão de que o contato do português brasileiro com outras línguas não ocorreu de forma neutra nem em relação aos aspectos lingüístico-culturais - como a incorporação de termos das línguas africanas e indígenas ao português brasileiro, o que representa um aspecto positivo do contato por enriquecer a língua/cultura brasileira -, tampouco em relação aos

Juci Mara Cordeiro



aspectos histórico-político-sociais inerentes a esse processo. Essa não neutralidade do contato decorre especialmente por se tratar de um período de transição entre a condição de um país colonizado e, portanto, subjugado ao poder dessa colônia e a tudo que isso representa - implicações lingüísticas, culturais, econômicas e políticas desfavoráveis ao país colonizado - e um país que conquista a sua independência. Em relação aos aspectos mencionados anteriormente, em nenhuma história de colonização que se tenha conhecimento ocorreram fatos que fossem constitutivos de uma nação colonizada mais forte e poderosa. Ao contrário, todos os movimentos desse processo de colonização controlados e executados pelo país colonizador são para fortalecê-lo econômica e politicamente. E a forma mais eficiente de fazê-lo é por meio do controle e imposição lingüística, como ocorreu no Brasil.

O estabelecimento do português como língua nacional tem o aspecto positivo da prevalência do português com a identidade cultural do povo brasileiro. No entanto, para que isso fosse possível foi necessário excluir completamente a possibilidade de que as línguas indígenas, já existentes no Brasil antes do estabelecimento da colônia portuguesa, fossem candidatas à língua nacional.

O processo de gramatização brasileira do português é implementado por meio dos instrumentos lingüísticos - gramática e dicionário - e fortalecido pela criação de programas de ensino do português, e pela fundação do colégio Dom Pedro II. Esse movimento lingüístico-político além de distanciar o Brasil das imposições das tradições normativas do português de Portugal, contribuiu para a constituição do cidadão brasileiro, que possui uma língua própria, materializada na gramática produzida por brasileiros.

Após refletir sobre os contatos lingüísticos com o português, a constituição da língua nacional e o processo de gramatização brasileira do português, faz mais sentido a afirmação de Orlandi e Guimarães (2001), por percebermos mais evidentemente a relação entre língua, ciência e política, defendidos pelos autores:

A forma histórica dos sujeitos e da sociedade se definem nas relações entre Língua, Ciência e Política. Ao mesmo tempo que a lingüística se constitui como ciência, a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado. As políticas gerais de um país manifestam esta inter-relação cuja forma mais visível é a

Juci Mara Cordeiro



formulação específica das Políticas Lingüísticas: as invasões, as exclusões, as hierarquias. (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 3

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, Sylvain. Língua e hiperlíngua. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 1998. n.1, p. 17-30, jan-jun.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Pucinelli. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: Eny Pucinelli Orlandi (Org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes/ Cáceres: UNEMAT, 2001. p. 21-38.

MARIANI, Bethania. Inglês e Português: duas diferentes línguas de colonização. In: **Colonização Lingüística**. Campinas: Pontes Editores, 2004. p. 155-187.

ORLANDI, Eni. Apresentação. In: **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Eny Pucinelli Orlandi (Org.). Campinas: Pontes/ Cáceres: UNEMAT, 2001. p. 7-19.

_____. Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade. In: Eny Pucinelli Orlandi. (Org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 53-62.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de Línguas: língua nacional. **Enciclopédia das Línguas no Brasil**. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm> . Acesso em: 02 de abril de 2008.